

**Inquérito Civil nº 06.2015.00002179-7**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Promotor de Justiça firmatário, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com força no art. 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/00, além das demais disposições normativas correlatas, e a **ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICIÊNCIA CRISTÃ – REDEH**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 86.324.860/0001-04, com sede na Rua 4 de outubro, nº 115, Centro, no Município de Taió/SC, neste ato representada por seu Presidente **Rogério de Abreu**, brasileiro, casado, empresário, carteira de identidade n. 2.628.823 e inscrito no CPF n. 800.160.149-87, residente na Rua Mirador, 806, Bairro Ponto Chic, no Município de Ibirima, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2015.00002179-7, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que o art. 90, VI, "b" da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica e aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal, em seu art. 5º,

*caput*, assegura a todos o direito à vida, sendo este um direito basilar que abarca, necessariamente, duas acepções: de um lado, visa a garantir o direito de estar vivo, de defender a própria vida; e de outro, viabiliza o direito de uma existência digna;

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (art. 197 da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que a saúde é direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º, *caput*, da Lei n. 8.080/90);

**CONSIDERANDO** que são princípios do Sistema Único de Saúde a gratuidade, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis e a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema (art. 7º, I e II, da Lei n. 8.080/90);

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento do Ministério Público representação de ausência de higiene e falta de urbanidade com os usuários do Hospital Monsenhor José Locks;

**CONSIDERANDO** que durante inspeção a Diretoria de Vigilância Sanitária encontrou irregularidades, mormente aquelas indicadas às fls. 64-97, 102-110, 113-124 e 151-152;

## **RESOLVEM**

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas e respectivas sanções:

## 1. DO OBJETO

**Cláusula Primeira:** este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto sanar as falhas remanescentes identificadas no atendimento de assistência à saúde, prestado pelo Hospital Monsenhor José Locks, administrado pela Associação da Redeh de Beneficência Cristã – REDEH, conforme Auto de Intimação nº 009541.

## 2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

**Cláusula Segunda:** o **COMPROMISSÁRIO** se obriga, a contar da assinatura do presente Termo, a atender os pacientes com presteza e urbanidade, além de manter o funcionamento da unidade em perfeitas condições de limpeza e organização.

**Cláusula Terceira:** o **COMPROMISSÁRIO** se obriga a **concluir** as obras de infraestrutura física do nosocômio e **implementar** o Serviço de Atenção Obstétrica e Neonatal, com plantão obstétrico 24 horas (sobreaviso), mediante equipe formada por obstetras, pediatras, anestesistas e equipe de enfermagem, fornecendo os equipamentos e materiais necessários à operacionalização do serviço, além de **estabelecer** o protocolo de atendimento;

**Parágrafo Único:** as providências/condicionantes estabelecidas no *caput* desta Cláusula Terceira deverão estar concluídas até o dia **28 de fevereiro de 2022**.

**Cláusula Quarta:** no mesmo prazo acima assinalado, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a providenciar/solicitar o alvará do Serviço de Atenção Obstétrica e Neonatal – SAON.

## 3. DA FISCALIZAÇÃO

**Cláusula Quinta:** o **COMPROMITENTE** poderá fiscalizar a execução deste acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias e demais providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo **COMPROMISSÁRIO** no prazo fixado na notificação ou requisição;

**Parágrafo Único:** eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas, se necessário, deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelo **COMPROMISSÁRIO**.

#### 4. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

**Cláusula Sexta:** em caso de descumprimento injustificado de quaisquer das cláusulas do presente ajuste fica o **COMPROMISSÁRIO** obrigado ao pagamento de multa cominatória no importe de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, por protocolo descumprido, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça;

**Parágrafo Primeiro:** o valor da multa é cumulativo e incidirá individualmente sobre cada protocolo de atendimento e/ou prazo assinalado descumprindo, ainda que no mesmo período;

**Parágrafo Segundo:** o valor da multa deverá ser pago em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do **COMPROMISSÁRIO** para comparecimento na Promotoria.

**Parágrafo Terceiro:** não sendo efetuado o depósito do valor da multa na data estabelecida, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado;

**Parágrafo Quarto:** além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

**Parágrafo Quinto:** para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação;

**Parágrafo Sexto:** a multa prevista nesta Cláusula Sexta será, a partir da assinatura do presente termo, corrigida monetariamente pela Tabela da Corregedoria do TJSC, para preservação do seu valor e força coercitiva.

#### 5. DA OBRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Cláusula Sétima:** o Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial relacionada ao ajustado contra o **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

## 6. EXECUÇÃO JUDICIAL DESTE TÍTULO

**Cláusula Oitava:** a inexecução injustificada dos compromissos previstos nas cláusulas acima ou a continuidade de posturas ilícitas pelo **COMPROMISSÁRIO** facultará ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos planos judicial ou extrajudicial.

## 7. REVISÃO E ADITIVO DESTE TERMO

**Cláusula Nona:** o **COMPROMITENTE** e o **COMPROMISSÁRIO**, desde que haja comum acordo, poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

## 8. POSSIBILIDADE DE PROTESTO:

**Cláusula Décima:** o presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que lhe são próprios, com base na autorização do art. 28, V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

## 9. FORO DE ELEIÇÃO:

**Cláusula Décima Primeira:** elegem as partes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de São João Batista/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente TAC.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

**Cláusula Décima Segunda:** o presente ajuste entrará em vigor na data da data de sua assinatura.

**Cláusula Décima Terceira:** este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA**

Condutas em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 28 de outubro de 2021.

**Nilton Exterkoetter**  
Promotor de Justiça

**Scheyla Vandresen Froese**  
Diretora HMJL

**Rogério de Abreu**  
Presidente REDEH  
Compromissário

**Camila Gottardi**  
OAB/SC nº 29.652